



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP **Nº 90017/2026**



PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Tanguá, **através da Secretaria Municipal de Governo**, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujo Edital recebeu o nº **90017/2026**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

A Licitação será do tipo **menor preço, modo de disputa aberto** e será regida pela Lei nº 14.133/2021, pelos Decretos Municipais atinentes ao tema, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

DO PREGÃO

Abertura da sessão do Pregão Eletrônico SRP: Dia: 06/07 /2026 às 10:00h
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.compras.gov.br

O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da Prefeitura <http://www.tangua.rj.gov.br>, no Portal de Compras do Governo Federal <https://www.compras.gov.br>, e no Portal Nacional de Compras Públicas, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Na hipótese da licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1. OBJETO E ANEXOS DO EDITAL

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento contínuo de refeições do tipo self-service (buffet livre) e bebidas e refeições prontas do tipo marmitex, destinadas ao atendimento das atividades da equipe da Justiça Itinerante e dos servidores da Prefeitura Municipal de Tanguá, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Compõem o presente instrumento, os seguintes anexos:

- 1.1.1.** Anexo I – Modelo de Proposta Comercial;
- 1.1.2.** Anexo II – Minuta do Contrato
- 1.1.3.** Anexo III – Termo de Referência
- 1.1.4.** Anexo IV – Planilha Orçamentária
- 1.1.5.** Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços



2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, quando da emissão da respectiva nota de empenho, em conformidade com a legislação orçamentária e financeira vigente.

2.2. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos ou unidades administrativas demandantes, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da contratação.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. Menor Preço Global;

3.2. Modo de disputa aberto.

4. PRAZO DE ENTREGA

4.1- Os fornecimentos serão, conforme **Item 6** e seus subitens todos do Termo de Referência – ANEXO III).

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente Licitação, todas as empresas interessadas e que preencham os requisitos da qualificação exigidos nesse Edital;

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. Não serão admitidas à Licitação as empresas suspensas pela administração do direito de licitar, no prazo e nas condições de impedimento. As declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta, inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, bem como as que estiverem em regime de concordata ou falência;

5.4. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.7. Devido à natureza do objeto, que não possui qualquer complexidade, não será permitida a participação em consórcio;

5.8. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.compras.gov.br>.

6. CREDENCIAMENTO

6.1. As interessadas em participar deste certame deverão cadastrar operador, devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;

6.2. A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema;

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não



cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. As licitantes deverão apresentar suas propostas no site <https://www.compras.gov.br>, incluindo o preço e a marca/modelo (conforme solicita o sistema) até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio da proposta;

7.2. Não poderão constar nas propostas cadastradas qualquer menção à empresa proponente, tais como nomes, logos, timbres, nº de inscrições como CNPJ e IE, e ou quaisquer outro que possa de alguma forma sugerir qual a empresa que está apresentando a proposta, sob pena de desclassificação das mesmas;

7.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas com base nas especificações contidas nos Anexo I, III e IV deste edital, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas;

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação;

7.6. A validade dos preços e condições da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

8. PROCEDIMENTO NO JULGAMENTO

8.1. A presente Licitação será processada e julgada em sessão pública eletrônica, com observância do seguinte procedimento:



8.1.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.2. Serão desclassificadas as propostas que em qualquer parte do seu texto ou teor, faça menção à Licitante, ou qualquer outro vínculo que possa identificar ou sugerir a empresa licitante que a apresentou;

8.1.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

8.1.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

8.1.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

8.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01;

8.1.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

8.1.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.1.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.1.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.1.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.1.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



8.1.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

8.1.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no compras.gov.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura;

8.1.16. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta;

8.1.17. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

8.1.18. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

8.1.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

8.1.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

8.1.21. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, conforme item 9 e seus subitens todos deste instrumento convocatório.

8.1.22. Os documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado.

8.1.22.1. O Pregoeiro concederá prazo mínimo de 2 (duas) horas para que o licitante envie, por meio de ferramenta disponível no sistema, a documentação de habilitação exigida neste edital.

8.1.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.1.24. Verificado o atendimento das exigências fixadas, o Licitante será declarado pelo Pregoeiro habilitado e vencedor do certame;

8.1.25. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

8.1.26. Todos os atos praticados nas sessões constarão em Ata que estará a disposição para consulta ou retirada por qualquer interessado no site compras.gov.br.



9. HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação; e

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1. Conforme **item 9.4.1** e seus subitens todos do Termo de Referência (Anexo III);

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.3.1. Conforme **item 9.4.3** e seu subitem do Termo de Referência (Anexo III);

9.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.4.1. Conforme **item 9.4.2** e seus subitens todos do Termo de Referência (Anexo III);



- 9.4.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.4.3.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Conforme consta no **item 9.4.4** do Termo de Referência. (Anexo III).

9.5.2 . Apresentação de alvará ou licença sanitária expedido pelo órgão competente da Vigilância Sanitária, comprovando que o estabelecimento está autorizado a exercer atividades relacionadas ao preparo e fornecimento de alimentos.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.4. Uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada em até no 20º (vigésimo) dia da data de adimplemento da obrigação e após efetivo recebimento do objeto, sendo que a contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III);

10.5. Na hipótese de a cobrança apresentar erros, a Contratante devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição;

10.6. O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer do prazo indicado no item 10.1, sem a multa e a compensação financeira;

10.7. Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante;

10.8. Fica o licitante ciente que por ocasião do pagamento poderá ser verificada sua situação quanto à regularidade da documentação apresentada para a habilitação no certame;

10.9. O documento de cobrança será apresentado a Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001-00 para que seja atestado;

11. REAJUSTAMENTO



11.4. Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

12. DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital; a impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do e-mail: licitacao@tangua.rj.gov.br;

12.5. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação;

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

12.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail: licitacao@tangua.rj.gov.br;

12.8. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração;

12.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

12.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

12.11. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a Administração.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.4. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.4. A recusa da adjudicatária em retirar o empenho dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas;

14.5. Pela inexecução total ou parcial, o Município de Tanguá poderá aplicar uma das



seguintes sanções garantida a prévia defesa:

14.5.2. Advertência;

14.5.3. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia sobre o valor do empenho, até o período máximo de 3 (Três) dias úteis;

14.5.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

14.5.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração;

14.5.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

14.5.7. As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas juntamente e não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantindo a defesa prévia, no prazo e condições fixados no Edital;

14.5.8. As sanções previstas poderão ser aplicadas às Licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista:

14.5.8.1. Tenham sofrido condenações por praticarem por meios dolosos, fraudes fiscais, no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;

14.5.8.3. Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

15. RECURSOS

15.4. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema de Compras (compras.gov.br), motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões;

15.5. Será concedido o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas para, caso queiram, apresentarem contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos;

15.6. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recorrer;

15.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;



15.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

15.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances;

15.11. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. FORO

16.4. A comarca de Itaboraí /RJ é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas a esta Licitação e a adjudicação dela decorrente.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.4. Fica reservado à Contratante, o direito para resolver todo e qualquer caso singular omissivo ou lacunoso não previsto no Edital e na documentação nele mencionada, bem como em tudo o que se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento em questão;

17.5. A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada pela Autoridade Competente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e pertinente ou anulada de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável (Art. 71 da Lei 14.133/2021);

Tanguá, 23 de junho de 2026.

Andréia de Sá Azevedo
Secretária Municipal de Governo
Matrícula: 0687



ANEXO - I - PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	1500	Unidade	REFEIÇÃO DO TIPO SELF-SERVICE – BUFFET LIVRE (prato único),(pratos frios e quentes), com direito a tudo que estiver no cardápio do dia, devendo o fornecimento ser feito no próprio estabelecimento da contratada.		
02	500	Unidade	REFEIÇÃO MARMITEX - Fornecimento de refeição pronta acondicionada em embalagem tipo “marmita”. A composição das refeições deverá ser variada, contendo no mínimo 700g (setecentos gramas) e composta de arroz, feijão, farofa, um tipo de carne branca ou carne vermelha (de primeira qualidade), um tipo de massa, saladas diversificadas e legumes. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens de isopor descartáveis, com tampa, acompanhadas de talheres descartáveis (garfo e faca) de boa qualidade e resistentes. A contratada ficará responsável por fornecer um cardápio semanal ou mensal, em consonância com este termo, elaborado preferencialmente por profissional nutricionista devidamente inscrito no conselho profissional. Esse cardápio deverá ser analisado por equipe eleita pela contratante, no intuito de discutir e antecipar possíveis transtornos. A contratada poderá variar o cardápio conforme necessidade da administração ou solicitação prévia do prestador de serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.		
03	2000	Unidade	Água mineral sem gás – garrafa com 500 ml.		
04	2000	Unidade	Refrigerante – lata com 350 ml.		

TOTAL

Valor Total Por Extenso:_____.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Processo nº. **1884/2025**

Rubrica: _____ Fls. _____

No preço acima estão consideradas todas as exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o custo do (s) objeto (s).

A validade dos preços e condições desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante legal da empresa

Obs.: Havendo divergência entre as especificações do **catálogo - compras.gov.br** e o descritivo constante no Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Edital.



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE TANGUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ e a firma _____, visando a _____, objeto da Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2026, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE TANGUÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.089/0001-00, estabelecido na Rua Vereador Manoel Macedo, 68 - Centro, nesta Cidade, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo Excelentíssimo Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, neste ato representado por seu gestor _____ inscrito no CPF nº _____. Portaria nº ____/2024, residente e domiciliado na _____ e, de outro lado a firma _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, têm entre si na conformidade do que consta no **processo administrativo nº 1884/2025** e da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/2026, com base no que dispõe o artigo 28, I, da Lei 14.133/2021, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 O presente contrato tem por objeto a _____, conforme especificações técnicas indicadas no edital e nos seus anexos e respectiva Nota de Empenho nº ____2026.

1.2 Este objeto deverá ser entregue, obedecendo, fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela administração ou constantes do processo.

1.3 Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.4 O prazo de vigência do Contrato é de ____ (____) dias, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Artigo nº 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA

2.1 - O objeto da contratação deverá ser entregue pela CONTRATADA, _____ (**parceladamente ou integralmente**), de acordo com pedido efetuado pela Contratante.

2.1.1- A entrega deverá ser iniciada em até ____ (____) dias a partir da Ordem de Fornecimento.

2.2 -A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratada ou pelo Gestor do Contrato, que deverá além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas Fiscais/Faturas dos mesmos, desde que tenham sido executados a contento.

2.3 - As despesas relacionadas ao objeto deste Contrato correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA, sendo consideradas inclusas no valor contratado.

2.4 - Caso ocorram irregularidades na execução do objeto contratado, serão adotados os seguintes procedimentos:

2.4.1 - Será emitido pelo município um documento formal e protocolado junto à CONTRATADA onde contará o motivo pela recusa ou da irregularidade apresentada, podendo a CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis efetuar o devido reparo ou protocolar sua defesa;

2.4.2 - Caso ocorram irregularidades não regularizadas durante a vigência do Contrato, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA sobre os fatos geradores apontados pela Secretaria requisitante;

2.4.3 - Tendo sido notificado e a CONTRATADA incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, serão adotadas as medidas cabíveis e dentro da legislação sobre o assunto, conforme dispõe o Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____), a ser pago em até 30 (trinta dias) após cada entrega do material.

3.1.1 - O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dias com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS e com o FGTS e apresentação das demais certidões que assegurem sua regularidade fiscal e trabalhista.

3.1.2 - O Gestor/Fiscal do Contrato por parte do Município atestará a Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA relativa a cada ordem de fornecimento.

3.2 - Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar a fatura na Secretaria Municipal de _____, apresentando a nota fiscal com os quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo Gestor do Contrato.

3.3 - Cada pagamento será efetuado após a comprovação, pela CONTRATADA, de que se encontra em dia com suas obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



4.1 - As despesas do presente Contrato correrão à conta da seguinte Despesa Orçamentária: _____, Ficha: _____, Fonte: _____ do orçamento vigente para o corrente exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1- O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1- Arcar com todas as despesas, incluindo custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, ou seja, todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

6.1.2 - Entregar os materiais nas quantidades e especificações demandadas pelo município de acordo com este contrato, o edital e todos os seus, efetuando a substituição em caso de defeito;

6.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente atender;

6.1.4 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratado. A fiscalização por parte da CONTRATANTE

não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade;

6.1.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho.

6.1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Sem prejuízo das obrigações assumidas pela CONTRATANTE nos termos do Termo de Referência, ora ratificadas, a CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

7.1.2 - Designar fiscal para acompanhar a fiel execução do respectivo termo contratual, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da Secretaria do Município e adequada execução do objeto que trata esta contratação.

7.1.3 - Rejeitar, no todo em parte, os produtos/materiais entregues em desacordo com este edital e o Contrato.

7.1.4 - Realizar o pagamento do Contrato, na forma e nos prazos pactuados.

7.1.5 - Emitir as Ordens de Compras (OC), assinadas pela autoridade competente.

7.1.6 - Designar um profissional habilitado em condições de tomada de decisão para acompanhar e dar apoio a todas as fases de implantação da execução do objeto deste certame.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES



8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

- a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) Multa de mora;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 03 (três) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto neste instrumento.

9.1.1- Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 - Caberá à **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida desde instrumento de contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO



11.1 - Consideram-se integrante do presente contratual, os termos do Edital de Pregão Eletrônico N° ____/2026 e seus anexos, a proposta da CONTRATADA, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Itaboraí, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

Tanguá, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA

Representante: _____

Testemunhas: _____

RG: _____ CPF: _____

RG: _____ CPF: _____



ANEXO - III - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREGÃO

PREÂMBULO

O presente Termo de Referência constitui instrumento integrante da fase preparatória da contratação pública e tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos, operacionais e administrativos necessários à contratação pretendida pela Administração Pública.

O documento foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos parâmetros definidos no artigo 6º, inciso XXIII, que estabelece os elementos mínimos que devem compor o Termo de Referência nas contratações públicas.

Este Termo de Referência estabelece as condições, especificações, requisitos, critérios de execução, fiscalização, gestão contratual e demais elementos necessários à adequada instrução do processo administrativo de contratação, servindo de base para a elaboração do instrumento convocatório e para a formalização da futura contratação.

O presente documento também visa assegurar que a contratação seja realizada em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, orientando a Administração quanto às condições necessárias para a adequada execução do objeto.

As disposições constantes neste Termo de Referência deverão ser integralmente observadas pelos interessados na contratação e pela futura contratada, constituindo-se em parte integrante do instrumento convocatório e do contrato ou instrumento equivalente.

1– DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento contínuo de refeições do tipo self-service (buffet livre) e bebidas e refeições prontas do tipo marmitex, destinadas ao atendimento das atividades da equipe da Justiça Itinerante e dos servidores da Prefeitura Municipal de Tanguá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no levantamento da demanda administrativa da Secretaria demandante, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, e encontram-se discriminados na tabela a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	REFEIÇÃO DO TIPO SELF-SERVICE – BUFFET LIVRE (prato único),(pratos frios e quentes), com direito a tudo que estiver no cardápio do dia, devendo o fornecimento ser feito no próprio estabelecimento da contratada.	UNID	1500
2	Água mineral sem gás, garrafa com 500ml	UNID	2000
3	Refrigerante lata 350ml	UNID	2000
4	REFEIÇÃO MARMITEX - Fornecimento de refeição pronta acondicionada em embalagem tipo “marmita”. A composição das refeições deverá ser variada, contendo no mínimo 700g (setecentos gramas) e composta de arroz, feijão, farofa, um tipo de carne branca ou carne vermelha (de primeira qualidade), um tipo de massa, saladas diversificadas e legumes. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens de isopor descartáveis, com tampa, acompanhadas de talheres descartáveis (garfo e faca) de boa qualidade e resistentes. A contratada ficará responsável por fornecer um cardápio semanal ou mensal, em consonância com este termo, elaborado preferencialmente por profissional nutricionista devidamente inscrito no conselho profissional. Esse cardápio deverá ser analisado por equipe eleita pela contratante, no intuito de discutir e antecipar possíveis transtornos. A contratada poderá variar o cardápio conforme necessidade da administração ou solicitação prévia do prestador de serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.	UNID	500

1.3. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, considerando tratar-se de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, não implicando obrigação de aquisição total pela Administração, sendo as contratações realizadas conforme a necessidade e conveniência administrativa durante a vigência da ata.

1.5. O fornecimento objeto da presente contratação possui natureza continuada, tendo em vista que atende demandas administrativas recorrentes da Administração Municipal, bem como as atividades desenvolvidas pela equipe da Justiça Itinerante, decorrentes do Convênio de Cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Tanguá.

1.6. A técnica de estimativa dos quantitativos e a metodologia de cálculo encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que constitui apêndice deste Termo de Referência.

2- DA JUSTIFICATIVA DA LOCALIZAÇÃO PRÓXIMO À UNIDADE MÓVEL OU ITINERANTE

2.1. Pelo atendimento às atividades desenvolvidas pela Justiça Itinerante, realizadas no Município em decorrência do Convênio de Cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Tanguá, conforme Termo nº 003/762/2012, que prevê a atuação conjunta para ampliação do acesso da população aos serviços jurisdicionais.

2.2. A Justiça Itinerante exige o deslocamento e o trabalho contínuo das equipes do TJERJ e dos órgãos parceiros do Município de Tanguá.



2.3. A oferta de alimentação de qualidade, em local adequado próximo à unidade móvel ou itinerante, garante a integridade física, a saúde e o pleno rendimento dos servidores e operadores do direito durante o cumprimento de suas atribuições.

2.4. A distância entre a base da unidade móvel e os centros urbanos torna o deslocamento para as refeições inviável em termos de tempo e custo. A disponibilização de refeições de qualidade perto do local de trabalho otimiza a logística, evita a interrupção abrupta das atividades, reduz o tempo de ociosidade e garante o pleno rendimento e a concentração da equipe durante todo o expediente.

2.5. Oferecer um local apropriado e alimentação balanceada atende aos princípios de ergonomia e saúde ocupacional, valorizando o capital humano da instituição. Isso assegura condições dignas de trabalho, mitigando o desgaste físico e mental natural de jornadas em trânsito ou regimes de atendimento itinerante.

2.6. A execução eficiente das atribuições do Estado depende diretamente do capital humano envolvido. Garantir a infraestrutura básica de logística e bem-estar é condição indispensável para que os servidores e operadores do direito exerçam suas funções com presteza, motivação e qualidade, atendendo de forma satisfatória ao interesse público e aos usuários do serviço.

2.4. O fornecimento de alimentação encontra-se respaldado nas diretrizes do Convênio de Cooperação firmado entre o TJERJ e a municipalidade, visando o suporte operacional às ações itinerantes.

2.5. Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura própria adequada para o preparo de refeições, inexistindo cozinha institucional devidamente equipada e quadro de pessoal qualificado para execução desse tipo de atividade. A implantação de estrutura própria demandaria investimentos significativos em equipamentos, instalações físicas e contratação de profissionais especializados, o que tornaria a solução economicamente menos vantajosa para a Administração.

2.6. Dessa forma, a contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas apresenta-se como alternativa mais eficiente e economicamente viável, permitindo à Administração assegurar o atendimento das demandas institucionais de alimentação sem a necessidade de implantação e manutenção de estrutura própria.

2.6. Considerando a natureza variável das demandas administrativas, bem como a impossibilidade de definição precisa do quantitativo de refeições a ser utilizado ao longo do período contratual, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, observados os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

3 – DA NATUREZA DO FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O fornecimento objeto da presente contratação caracteriza-se como fornecimento contínuo, uma vez que atende demandas administrativas recorrentes da Administração Municipal, bem como às atividades desenvolvidas pela equipe da Justiça Itinerante, decorrentes do Convênio de Cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Tanguá, conforme Termo nº 003/762/2012.

3.2. Considerando a natureza continuada do fornecimento e a necessidade de garantir a regularidade das atividades institucionais atendidas por esta contratação, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado na forma estabelecida no instrumento contratual.



3.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições do tipo self-service (buffet livre) e bebidas e refeições prontas do tipo marmitex, destinadas ao atendimento das demandas da equipe da Justiça Itinerante no Município de Tanguá.

4.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, considerando a natureza variável da demanda e a impossibilidade de definição precisa do quantitativo de refeições a ser consumido ao longo da vigência da contratação.

4.3. As refeições deverão ser fornecidas em conformidade com padrões adequados de qualidade, higiene e segurança alimentar, observando-se as normas sanitárias vigentes aplicáveis ao preparo, acondicionamento e fornecimento de alimentos.

4.4. A solução contempla o fornecimento dos seguintes itens:

- Refeições do tipo self-service (buffet livre), fornecidas no estabelecimento da contratada;
- Refeições prontas acondicionadas em embalagem tipo marmitex, com composição mínima definida nesta Termo de Referência;
- Bebidas destinadas ao acompanhamento das refeições, conforme especificações estabelecidas.

4.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução adotada mostra-se a mais adequada para atender à necessidade administrativa, uma vez que o Município não dispõe de estrutura própria para preparo de refeições, inexistindo cozinha institucional equipada e pessoal qualificado para essa finalidade, sendo a contratação externa a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa.

4.6. A descrição detalhada da solução, bem como a análise das alternativas disponíveis no mercado e a justificativa técnica e econômica da contratação, encontra-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que constitui apêndice deste Termo de Referência.

5 - DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/2021).

5.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e sanitários necessários à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade das refeições fornecidas, a segurança alimentar e o atendimento às necessidades básicas da equipe da Justiça Itinerante, no seu restaurante.

5.2. A empresa contratada deverá possuir estabelecimento apto ao preparo e fornecimento de refeições, observando integralmente as normas sanitárias vigentes aplicáveis à manipulação, preparo, armazenamento e distribuição de alimentos, a partir da assinatura do contrato ou empenho.



5.3. A contratada deverá garantir a qualidade, higiene e segurança alimentar durante todas as etapas do preparo, acondicionamento e fornecimento das refeições, observando as boas práticas de manipulação de alimentos e a legislação sanitária vigente.

5.4. A empresa contratada deverá possuir alvará sanitário válido expedido pelo órgão competente, devendo mantê-lo vigente durante toda a execução da contratação.

5.5. A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

5.6. Todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo preparo, insumos, mão de obra, acondicionamento, transporte, tributos e demais encargos, serão de responsabilidade da contratada.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “e” da Lei 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, expedida pelo setor competente.

6.2. O fornecimento das refeições **ocorrerá as terças feiras do mês**, conforme as ações desenvolvidas pela equipe da Justiça Itinerante.

6.3. As refeições do tipo self-service, bem como o fornecimento de bebidas e as refeições do tipo marmitex serão disponibilizados no estabelecimento da contratada, devendo o espaço possuir condições adequadas de atendimento, higiene e capacidade para receber a equipe da Justiça Itinerante.

6.4. Para fins de execução da contratação, considera-se que as unidades correspondentes aos itens de alimentação e bebidas referem-se ao consumo individual por pessoa.

6.5. As refeições do tipo self-service e do tipo marmitex deverão ser disponibilizadas no período destinado ao almoço, preferencialmente entre 11h e 15h, as terças feiras, garantindo atendimento adequado aos usuários encaminhados pela Administração.

6.6. Considerando a necessidade de garantir maior eficiência logística, economicidade, controle administrativo e qualidade no fornecimento das refeições, o estabelecimento da contratada deverá estar localizado no Município de Tanguá ou na região próxima desta Municipalidade que permita o adequado atendimento das demandas da Administração, observando-se a qualidade do serviço para o fornecimento das refeições solicitadas.

6.7. A oferta de alimentação de qualidade, em local adequado próximo à unidade móvel ou itinerante, garante a integridade física, a saúde e o pleno rendimento dos servidores e operadores do direito durante o cumprimento de suas atribuições.

6.8. A distância entre a base da unidade móvel e os centros urbanos torna o deslocamento para as refeições inviável em termos de tempo e custo. A disponibilização de refeições de qualidade perto do local de trabalho otimiza a logística, evita a interrupção abrupta das atividades, reduz o tempo de ociosidade e garante o pleno rendimento e a concentração da equipe durante todo o expediente.

6.9. As refeições do tipo self-service deverão ser servidas em ambiente apropriado, utilizando utensílios adequados ao consumo, incluindo pratos e talheres apropriados, devendo conter, no mínimo:
I – arroz; II – feijão; III – dois tipos de carne (branca e vermelha); IV – um tipo de massa; V – salada fria;



VI – salada cozida.

6.10. As refeições do tipo marmitex deverão possuir peso mínimo de 700g (setecentos gramas), contendo composição variada com arroz, feijão, farofa, guarnições e carnes (branca ou vermelha), devendo ser acondicionadas em embalagem descartável apropriada, devidamente vedada, acompanhada de talheres descartáveis adequados ao consumo.

6.11. A contratada deverá assegurar condições adequadas de higiene, manipulação e conservação dos alimentos durante todas as etapas de preparo, acondicionamento e fornecimento, observando as normas sanitárias vigentes aplicáveis.

6.12. O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua durante a vigência da contratação, observando-se as solicitações emitidas pela Administração e garantindo o atendimento das demandas das atividades da Justiça Itinerante.

7– MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Artigo 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/2021)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas mediante apostilamento.

7.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos, tais como correio eletrônico institucional ou outro meio oficial de comunicação.

7.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, visando assegurar a adequada execução do objeto contratado.

7.5. Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, com a finalidade de apresentar o plano de fiscalização da contratação, contendo orientações sobre as obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução do objeto, forma de solicitação das refeições, método de aferição dos resultados e eventuais sanções aplicáveis.

Fiscalização da Contratação

7.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, na qualidade de fiscal do contrato, bem como por seus respectivos substitutos, conforme previsto na legislação vigente.

7.7. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual, de modo a assegurar a adequada prestação do fornecimento e os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato registrará no histórico de gestão contratual todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, consignando as informações necessárias à regularização de eventuais falhas ou irregularidades constatadas.



7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade na execução do contrato, o fiscal notificará a contratada para adoção das medidas corretivas necessárias, estabelecendo prazo razoável para sua regularização.

7.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis.

7.11. Na hipótese de ocorrência que possa comprometer a execução do contrato nos prazos estabelecidos, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato, para avaliação e adoção das providências necessárias.

7.12. O fiscal do contrato informará ao gestor contratual acerca da proximidade do término da vigência contratual, com antecedência suficiente para avaliação quanto à necessidade de prorrogação ou adoção de nova contratação.

7.13. Caberá ao fiscal do contrato verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar a execução financeira da contratação, bem como registrar eventuais glosas, solicitações de documentos e demais ocorrências pertinentes à gestão contratual.

7.14. Verificado eventual descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal deverá atuar tempestivamente na solução da irregularidade, comunicando o gestor do contrato para adoção das medidas administrativas cabíveis quando a situação ultrapassar sua competência.

7.15. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do objeto, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou da utilização de materiais inadequados, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Artigo 6º, XXIII, “g” da Lei 14.133/2021)

8.1 Da medição

8.1.1. A medição do fornecimento será realizada com base na quantidade efetivamente fornecida de refeições e bebidas, conforme ordens de fornecimento emitidas pela Administração.

8.1.2. Para fins de medição, será considerado o quantitativo de itens efetivamente fornecidos no período, devidamente comprovado mediante:

I – ordem de fornecimento emitida pela Administração;

II – registro de atendimento ou controle de consumo;

III – atesto do fiscal do contrato.

8.2 Da liquidação

8.2.1. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do efetivo fornecimento do objeto e da conformidade da documentação fiscal apresentada pela contratada.

8.2.2. A nota fiscal deverá ser apresentada pela contratada e atestada por 02 (dois) servidores



responsáveis pela fiscalização da contratação, não sendo permitido o atesto pelo ordenador de despesas.

8.2.3. Caso seja constatado erro ou irregularidade na documentação fiscal apresentada, a contratada será notificada para realizar as devidas correções, ficando suspenso o prazo para pagamento até a regularização da situação.

8.3 Do pagamento

8.3.1. Pelo fornecimento do objeto, a contratante efetuará o pagamento à contratada mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

8.3.2. O pagamento será realizado no 20º (vigésimo) dia contado do adimplemento da obrigação, observado o recebimento definitivo do objeto e em conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

8.3.3. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação decorrente de inadimplência contratual ou de penalidade aplicada à contratada.

8.3.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.3.5. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

9—FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Artigo 6º, XXIII, “h” da Lei 14.133/2021)

9.1 Forma de seleção

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

9.1.2. A licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 6º, inciso XLV, e art. 82 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o fornecimento de refeições apresenta demanda futura e variável, sendo mais eficiente que as contratações ocorram conforme a necessidade da Administração.

9.1.3. O procedimento licitatório ocorrerá sob a forma eletrônica, com modo de disputa aberto, permitindo ampla participação de fornecedores e maior competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

9.2 Critério de julgamento

9.2.1. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se em razão da natureza integrada do fornecimento, uma vez que os itens que compõem o objeto da contratação — refeições tipo



marmitex, refeições tipo self-service, água mineral e refrigerante — são consumidos conjuntamente no mesmo local e no mesmo contexto operacional.

9.2.3. A contratação de fornecedor único para o conjunto dos itens proporciona:

- I – maior eficiência logística no fornecimento das refeições e bebidas;
- II – melhor controle administrativo e operacional da execução contratual;
- III – redução de riscos de descontinuidade ou fornecimento incompleto;
- IV – simplificação da gestão contratual e da fiscalização.

9.2.4. Ressalta-se que os preços unitários serão analisados pela Administração para verificação de sua compatibilidade com os valores de mercado, de modo a assegurar a economicidade da contratação.

9.3 Forma de fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

9.3.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como os quantitativos estimados e os preços registrados.

9.3.3. O registro de preços não gera obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá realizar as aquisições conforme sua conveniência e necessidade, respeitados os limites legais e a disponibilidade orçamentária.

9.4 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1 Habilitação jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que possua validade em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
- f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social devidamente registrados, conforme legislação aplicável.

9.4.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



9.4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT.

9.4.2.1. Quando o crédito tributário ou trabalhista estiver com exigibilidade suspensa, poderá ser apresentada certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da legislação vigente.

9.4.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que apresentem alguma restrição, sendo assegurado prazo para regularização conforme legislação aplicável.

9.4.3 Qualificação econômico-financeira

9.4.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.4 Qualificação técnica

9.4.4.1. Apresentação de alvará ou licença sanitária expedido pelo órgão competente da Vigilância Sanitária, comprovando que o estabelecimento está autorizado a exercer atividades relacionadas ao preparo e fornecimento de alimentos.

10- DA ESTIMATIVA DE VALOR (Artigo 6º, XXIII, “i” da Lei 14.133/2021)

10.1. O valor estimado da presente contratação corresponde a R\$ 129.920,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e vinte reais), conforme levantamento preliminar realizado mediante consulta a fontes públicas de preços, especialmente ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, durante a fase de elaboração do presente Termo de Referência.

10.2. A estimativa apresentada possui caráter meramente referencial, tendo por finalidade subsidiar o planejamento da contratação e a definição dos parâmetros iniciais do objeto.

10.3. Em observância ao princípio da segregação de funções, a pesquisa oficial de preços e a definição do valor estimado da contratação serão realizadas pelo Departamento de Compras, durante a fase de instrução do procedimento licitatório, podendo os valores aqui apresentados sofrer ajustes com base nas cotações obtidas.

10.4. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência representam estimativa de consumo, elaborada com base nas necessidades administrativas identificadas no Estudo Técnico Preliminar, podendo ocorrer variações durante a execução da contratação.



10.5. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, as aquisições ocorrerão de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, não havendo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

10.6. Os preços unitários de referência utilizados para a estimativa encontram-se demonstrados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Refeição tipo self-service – buffet livre (prato único), com direito aos itens disponíveis no cardápio do dia, servida no estabelecimento da contratada.	UNID	1.500	66,69	100.035,00
2	Água mineral sem gás – garrafa com 500 ml.	UNID	2.000	2,79	5.580,00
3	Refrigerante – lata com 350 ml.	UNID	2.000	5,84	11.680,00
4	Refeição tipo marmitex – refeição pronta acondicionada em embalagem tipo marmita, contendo no mínimo 700g, composta por arroz, feijão, farofa, um tipo de carne branca ou vermelha, massa, saladas e legumes, acompanhada de talheres descartáveis.	UNID	500	25,25	12.625,00
Valor estimado total da contratação: R\$ 129.920,00					

10.7. Os preços unitários constantes da tabela possuem caráter estimativo e referencial, sendo utilizados exclusivamente como parâmetro para o planejamento da contratação.

10.8. Os valores unitários de referência poderão ser utilizados pela Administração como parâmetro para análise da exequibilidade das propostas apresentadas no certame, de modo a assegurar a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa.

11 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, quando da emissão da respectiva nota de empenho, em conformidade com a legislação orçamentária e financeira vigente.

11.2. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos ou unidades administrativas demandantes, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da contratação.

12 – OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

12.1. Compete aos licitantes registrados enviar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, observando as disposições contidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

12.2. Constituem obrigações do fornecedor registrado:



- I – Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração;
- II – cumprir fielmente todas as disposições constantes do Edital, deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços;
- III – fornecer as refeições e bebidas nas condições, prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- IV – assegurar que as refeições fornecidas atendam aos padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar, em conformidade com a legislação sanitária vigente;
- V – responsabilizar-se pela adequada preparação, acondicionamento, transporte e entrega das refeições, de modo a garantir sua integridade e qualidade até o momento do consumo;
- VI – substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as refeições ou produtos fornecidos que apresentarem vícios, defeitos, irregularidades ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
- VII – reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer item fornecido em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- VIII – responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados, prepostos ou representantes;
- IX – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, salvo quando expressamente autorizado pela Administração;
- X – Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, bem como durante toda a execução do objeto, as mesmas condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e sanitária exigidas no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- XI – comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento;
- XII – responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais decorrentes da execução do objeto;
- XIII – considerar incluídos nos preços ofertados todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, despesas operacionais, transporte e quaisquer outros custos relacionados ao fornecimento;
- XIV – atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a regularidade e continuidade do fornecimento;
- XV – manter o estabelecimento regular e em pleno funcionamento perante os órgãos de fiscalização competentes, especialmente a Vigilância Sanitária, observando integralmente as normas sanitárias e de manipulação de alimentos aplicáveis ao preparo e fornecimento das refeições.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA



13.1. Compete à Prefeitura Municipal, por meio de seus órgãos e unidades administrativas responsáveis, adotar todas as providências necessárias ao adequado gerenciamento da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

13.2. Constituem obrigações da Administração:

- I – praticar todos os atos de controle, gestão e administração do Sistema de Registro de Preços;
- II – efetuar o registro do fornecedor vencedor e formalizar a respectiva Ata de Registro de Preços;
- III – gerenciar a Ata de Registro de Preços, promovendo sua correta execução e indicando, quando necessário, os fornecedores registrados para atendimento das demandas da Administração, observada a ordem de classificação e os quantitativos estimados;
- IV – conduzir eventuais procedimentos de renegociação dos preços registrados, quando verificada a necessidade de reequilíbrio ou adequação às condições de mercado;
- V – designar servidor responsável pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, nos termos da legislação vigente;
- VI – proporcionar as condições necessárias para que o fornecedor registrado possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas;
- VII – emitir as ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, contendo as informações necessárias para a execução do objeto;
- VIII – acompanhar e fiscalizar o fornecimento das refeições e bebidas, verificando o atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- IX – receber o objeto contratado, procedendo à verificação da conformidade quanto à quantidade, qualidade e demais condições estabelecidas;
- X – rejeitar, no todo ou em parte, as refeições ou produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- XI – comunicar formalmente ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para sua regularização;
- XII – efetuar o pagamento ao fornecedor registrado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o devido recebimento do objeto e atesto da nota fiscal pelo servidor responsável;
- XIII – informar ao fornecedor registrado o servidor responsável pela emissão das ordens de fornecimento e pelo acompanhamento da execução;
- XIV – aplicar as penalidades administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O fornecedor registrado que cometer quaisquer das infrações previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, ficará sujeito às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal eventualmente aplicável.

14.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- I – não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar/retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- II – deixar de entregar documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;
- III – não manter a proposta durante o prazo de validade;
- IV – ensejar o retardamento da execução do objeto;
- V – falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou das contratações dela decorrentes;
- VI – comportar-se de modo inidôneo;
- VII – cometer fraude fiscal.

14.3 Penalidades aplicáveis



Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes penalidades:

I – advertência, quando a irregularidade não causar prejuízo relevante à execução do objeto;

II – multa, observados os seguintes parâmetros:

a) 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar a nota de empenho;

b) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 15 (quinze) dias;

c) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela em atraso, a partir do 16º dia;

d) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não fornecida, em caso de recusa injustificada no fornecimento do objeto.

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos da legislação vigente;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.

14.4 Procedimento e registros

14.4. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas de cadastramento de fornecedores e nos registros administrativos da Administração Pública.

14.6 Suspensão de pagamentos

14.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação decorrente de penalidade aplicada ao fornecedor ou de inadimplência contratual.

15 – MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. A Administração Pública poderá, motivadamente, adotar medidas acauteladoras necessárias à proteção do interesse público, inclusive antes da manifestação do interessado, quando houver risco iminente de prejuízo à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação aplicável ao processo administrativo.

15.2. Dentre as medidas acauteladoras que poderão ser adotadas pela Administração, incluem-se:

I – suspensão temporária do fornecimento, quando constatadas irregularidades que possam comprometer a segurança ou a qualidade do objeto;

II – retenção cautelar de pagamentos devidos ao fornecedor, até a regularização da situação;

III – determinação de substituição imediata de produtos ou refeições fornecidas em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou com as normas sanitárias vigentes.

15.3. As medidas previstas neste item possuem caráter preventivo, destinando-se a evitar danos de difícil ou impossível reparação, não afastando a posterior apuração de responsabilidades e eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, que estabelecerá o compromisso para eventual e futura contratação entre a Administração Pública e o(s) fornecedor(es) registrado(s), nos termos da legislação vigente.



16.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento contratual equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na própria ata.

16.4. O(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico ou outro meio formal de comunicação, devendo comparecer ou manifestar-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação.

16.5. A Ata de Registro de Preços observará a minuta constante do edital, podendo ser alterada nos casos previstos na legislação vigente.

16.6. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal de Governo não ficará obrigada a realizar as contratações exclusivamente por meio do sistema de registro de preços, podendo promover licitação específica quando julgar conveniente, sem que caiba às empresas registradas qualquer direito de indenização.

16.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, no todo ou em parte, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, assegurados ao fornecedor registrado o contraditório e a ampla defesa.

17 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à verificação das seguintes condições:

- I – apresentação de relatório favorável do gestor ou fiscal da Ata de Registro de Preços, com manifestação da autoridade competente quanto à manutenção das condições vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o fornecedor registrado;
- II – demonstração de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assegurando a economicidade da contratação;
- III – manifestação expressa do fornecedor registrado quanto ao interesse na prorrogação da Ata;
- IV – comprovação de que o fornecedor mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

17.3. Fica vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

17.4. Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos disponíveis corresponderão ao saldo remanescente não contratado durante a vigência inicial da ata.

17.5. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser formalizadas dentro do prazo de vigência da ata, mediante emissão de nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento contratual equivalente.



17.6. Caso seja formalizado contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência observará as disposições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação vigente, especialmente o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

18 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Nos termos da legislação vigente e do Decreto Federal nº 11.462/2023, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

18.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades ficará condicionada à demonstração da vantajosidade da adesão e à concordância do fornecedor registrado.

19 – DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis, salvo nas hipóteses previstas na legislação vigente.

19.2. Os preços registrados poderão ser alterados nas seguintes hipóteses:

I – por acordo entre as partes, quando devidamente comprovada a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

II – quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, hipótese em que o fornecedor será convocado para negociar a redução dos preços, de modo a adequá-los às condições de mercado.

19.3. Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos níveis praticados no mercado, a Administração poderá proceder ao cancelamento do registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

II – recusa injustificada em formalizar a contratação ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração;

III – não aceitação da redução do preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

IV – aplicação das penalidades de impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.2. O cancelamento do registro de preços será formalizado mediante processo administrativo, assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

20.3. O cancelamento do registro não afasta a aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, quando cabíveis.

21 – DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS



21.1. O registro de preços poderá ser temporariamente suspenso nas seguintes situações:

- I – quando o fornecedor convocado para formalizar a contratação não apresentar documentação de habilitação regular, hipótese em que o registro ficará suspenso até a regularização da situação;
- II – quando o fornecedor, convocado para executar o objeto, comunicar previamente à Secretaria Municipal de Governo a impossibilidade temporária de fornecimento das refeições e bebidas, devidamente justificada.

21.2. A suspensão do registro de preços não poderá ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da convocação, sob pena de cancelamento do registro, salvo justificativa aceita pela Administração.

22 – DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

22.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para a aquisição do objeto, quando julgado conveniente.

22.2. Na hipótese de realização de licitação específica, será assegurado ao fornecedor registrado direito de preferência em igualdade de condições, conforme legislação aplicável.

23 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Os preços registrados e contratados são fixos e irremovíveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação.

23.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, e independentemente de solicitação do contratado, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

23.4. No caso de atraso ou de não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará ao contratado a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o índice definitivo divulgado pelo órgão responsável.

23.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice oficial que venha a ser determinado pela legislação vigente.

23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente da contratação, mediante formalização por termo aditivo.

23.8. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.



23.9. Independentemente do reajuste previsto neste item, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis, porém de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior, ou ainda em decorrência de alteração unilateral do contrato que impacte significativamente os custos da execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

24.1. Desde que devidamente demonstrada a vantagem para a Administração, a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, durante sua vigência, mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado, nos termos do art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021.

24.2. O órgão ou entidade interessado em aderir à Ata de Registro de Preços deverá:

I – realizar consulta prévia ao fornecedor registrado, visando obter sua concordância formal quanto ao fornecimento pretendido;

II – encaminhar ao órgão gerenciador solicitação formal de adesão, contendo:

a) identificação do órgão ou entidade solicitante;

b) descrição do objeto pretendido;

c) quantitativos estimados;

d) comprovação da concordância do fornecedor registrado.

24.3. A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após manifestação favorável do fornecedor registrado, podendo este recusar a adesão, desde que tal recusa não comprometa as condições previamente estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

24.4. O órgão gerenciador poderá indeferir a solicitação de adesão quando verificar:

I – risco de prejuízo ao atendimento das demandas dos órgãos participantes;

II – comprometimento da capacidade de execução do fornecedor registrado;

III – descumprimento dos requisitos previstos na legislação aplicável.

24.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá formalizar a contratação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

24.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação formal do órgão interessado e anuência do órgão gerenciador, desde que respeitada a vigência da Ata.

25 – DOS LIMITES PARA ADESÃO

25.1. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos da legislação vigente.

25.2. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

25.3. A contratação decorrente da adesão deverá ocorrer cumulativamente:



- I – no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da autorização concedida pelo órgão gerenciador;
- II – durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

26 – DA COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO GERENCIADOR

26.1. Após a efetivação da contratação decorrente de adesão à Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade aderente deverá comunicar formalmente o órgão gerenciador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, informando:

- I – o objeto contratado;
- II – o quantitativo adquirido;
- III – o valor da contratação;
- IV – a data da formalização da contratação.

26.2. A comunicação prevista neste item tem por finalidade possibilitar o controle e o acompanhamento dos quantitativos registrados, assegurando o cumprimento dos limites legais estabelecidos para adesão à Ata de Registro de Preços.

27 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

27.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da Nota de Empenho, conforme o instrumento adotado pela Administração.

27.2. Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento contínuo de refeições e bebidas destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Secretaria Municipal de Governo e das atividades da Justiça Itinerante, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por interesse da Administração e mediante concordância da contratada, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

27.3. A prorrogação da vigência contratual ficará condicionada à verificação das seguintes condições:

- I – demonstração da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração;
- II – regular execução contratual pela contratada;
- III – manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- IV – existência de disponibilidade orçamentária;
- V – manifestação expressa de interesse das partes na continuidade da contratação.

27.4. A eventual prorrogação contratual será formalizada mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

28 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.1. O presente Termo de Referência estabelece as condições técnicas, operacionais e administrativas necessárias à realização do Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento refeições tipo self-service e bebidas e de refeições tipo marmitex,



destinadas às atividades da Justiça Itinerante, conforme convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

28.2. A participação no procedimento licitatório implica plena ciência e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como das normas legais aplicáveis às contratações públicas.

28.3. A empresa vencedora deverá informar, no momento da contratação ou sempre que solicitado pela Administração, nome, telefone e e-mail do responsável pelo atendimento das solicitações de fornecimento, a fim de assegurar a adequada comunicação entre as partes.

28.4. As empresas participantes deverão submeter-se integralmente às exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência, comprometendo-se a cumprir fielmente todas as obrigações dele decorrentes.

28.5. Os casos omissos ou situações não previstas neste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais normas aplicáveis às contratações públicas.

28.6. Eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato que não possam ser solucionadas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itaboraí/RJ, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO - IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	1500	Unidade	Refeição tipo self-service – buffet livre (prato único), com direito aos itens disponíveis no cardápio do dia, servida no estabelecimento da contratada.	55,00	82.500,00
02	500	Unidade	REFEIÇÃO MARMITEX - Fornecimento de refeição pronta acondicionada em embalagem tipo “marmita”. A composição das refeições deverá ser variada, contendo no mínimo 700g (setecentos gramas) e composta de arroz, feijão, farofa, um tipo de carne branca ou carne vermelha (de primeira qualidade), um tipo de massa, saladas diversificadas e legumes. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens de isopor descartáveis, com tampa, acompanhadas de talheres descartáveis (garfo e faca) de boa qualidade e resistentes. A contratada ficará responsável por fornecer um cardápio semanal ou mensal, em consonância com este termo, elaborado preferencialmente por profissional nutricionista devidamente inscrito no conselho profissional. Esse cardápio deverá ser analisado por equipe eleita pela contratante, no intuito de discutir e antecipar possíveis transtornos. A contratada poderá variar o cardápio conforme necessidade da administração ou solicitação prévia do prestador de serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.	28,00	14.000,00
03	2000	Unidade	Água mineral sem gás – garrafa com 500 ml.	5,00	10.000,00
04	2000	Unidade	Refrigerante – lata com 350 ml.	7,25	14.500,00

TOTAL 121.000,00

Valor Total Por Extenso: Cento e vinte e um mil reais.



ANEXO - V - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº ____/2026**

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e três, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 82 de Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº _____ e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico SRP nº **90010/2026**, objetivando a **aquisição de _____**, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de **12 (doze) meses**.

Processo nº 1884/2025 a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Material	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de _____, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 A entrega deverá ser feita de acordo com o previsto no **subitem ____ do Termo de Referência** (Anexo III), elaborado pela Secretaria Municipal de _____.
- 1.4 Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.



- 1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 1.6 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir do contato feito pela **Secretaria Municipal de** _____.
- 1.7 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.8 O pagamento será conforme disposto no edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.10 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Tanguá, ____ de _____ de 2026.

Empresa

Testemunhas: _____
